

## OPINIÃO

A COR DO  
DINHEIRO

**CAMILO LOURENÇO**  
Analista de economia  
camilolourenco@gmail.com

## O 5G das vacinas

Portugal fez um trabalho notável na vacinação. Depois de uma série de equívocos, que começaram com a escolha de um “comissário” político para liderar a task force, o Governo acertou o passo com a nomeação de Gouveia e Melo.

O que se seguiu foi extraordinário: organização, logística, liderança e comunicação juntaram-se para fazer da vacinação um case study, com mais de 85% da população vacinada.

É esta elevadíssima taxa de vacinação que nos permite olhar agora para outros países com um sentimento de tranquilidade. Ao contrário de Áustria, Holanda e até

Alemanha, onde o disparo dos contágios está a pôr os sistemas de saúde em stress, em Portugal não há emergência sanitária.

O que se esperava agora é que a 3.ª dose da vacina, que nos prepararia para uma nova vaga, estivesse a correr ao mesmo ritmo da 1.ª e 2.ª doses. Ontem, ficámos a saber que no fim de semana se vacinaram 45 mil pessoas, número vendido como grande sucesso. Que dizer das mais de 120 mil pessoas que chegaram a ser vacinadas por dia, em setembro?

Ok, vão-me dizer que há menos gente porque o processo é exclusivo a pessoas com mais de 65 anos. Mas nada disso apa-

ga o regresso do fantasma do fracasso. É quase como o que se passa no 5G: Portugal liderou sempre o 3G e 4G na Europa. Quando se pensava que pudesse repetir o êxito no 5G, foi o que se viu: as vistas curtas da Anacom atiraram-nos para o fim da fila.

É uma pena constatar que o país está a deitar tudo a perder com a 3.ª dose (ainda para mais porque os movimentos Antivax por cá quase não têm expressão). E ver que a dupla Temido-Graça Freitas está de regresso à TV, quase diariamente, apenas para explicar porque é que a 3.ª dose está a correr mal. ■



**PEDRO BRINCA**  
Professor Auxiliar da Nova  
School of Business and  
Economics

## Fazer omeletas sem ovos

A fraca competitividade da economia portuguesa é um tema recorrente, incluindo nesta coluna, sendo a qualificação dos trabalhadores um dos seus pontos centrais. Com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio e dos países do Leste no mercado único, o modelo de produção assente no baixo custo de trabalho, e consequente baixo valor acrescentado e qualidade, esgotou-se. No fim dos anos 90 e início do século XXI, o crédito barato ainda ajudou a manter a ilusão da sustentabilidade de um modelo produtivo baseado na procura interna, mas a crise de 2008 tratou de a desvanecer, não tendo resistido à machadada final da crise da dívida soberana de 2011.

Para se ter uma ideia do que estamos a falar, foque-mo-nos na percentagem da população entre os 25 e os 64 anos que não concluiu o ensino secundário para os diferentes países da União Europeia (UE27) em 2020. Portugal destaca-se, não só por ter mais do dobro da média da UE27, mas também por ser o país com o indicador mais elevado de população com o ensino secundário incompleto –

45%, quase metade dos portugueses.

O nível de educação da população e a sua capacidade de criar riqueza estão fortemente relacionados. Em Portugal, um trabalhador com o ensino superior tem um prémio salarial de cerca de 100 euros, ou seja, perto de 50%, face a quem apenas terminou o ensino secundário. Aumentar um ano na média de anos de escolaridade de um país tem um impacto de cerca de 0,37 pontos percentuais na taxa de anual de crescimento do PIB.

A qualificação dos gestores também é importante. Um estudo recente de Francisco Queirós, meu colega na Nova SBE, mostra que a percentagem de gestores nos EUA com mais do que o 9.º ano de escolaridade é de 36%, contrastando com os 32% de Portugal. Gestores mais qualifi-

Temos um país de eletricistas a trabalhar como engenheiros eletrotécnicos e de contabilistas licenciados em História.

cados resultam numa maior adoção de tecnologias, melhores práticas de gestão de recursos humanos e maior número de empregados. Estima-se que a produtividade da economia portuguesa aumentaria cerca de 20%, quase um terço do gap atual, se os gestores portugueses tivessem o nível educacional dos americanos.

É verdade que se têm feito progressos significativos – assim, entre 2000 e 2019, a percentagem da população na mesma faixa etária com curso superior aumentou de cerca de 7% para 26%. Mas ainda estamos longe dos 47% da Irlanda, 46% da Finlândia, ou mesmo dos 38% dos nossos vizinhos espanhóis. É muito importante perceber que não se trata apenas de ter mais ou menos licenciados. Também precisamos de mercados de trabalho a funcionar. Num estudo

recente feito com colegas meus da Nova SBE sobre o futuro do trabalho em Portugal, apenas 58% das pessoas têm o nível de formação que corresponde à ocupação desempenhada, sendo que cerca de 36% tem um nível de formação adequado, mas está a desempenhar uma função para a qual não teve formação. Temos um país de eletricistas a trabalhar como engenheiros eletrotécnicos e de contabilistas licenciados em História. Nada de surpreendente num país que escolheu um engenheiro de minas para estar à frente do seu programa económico de recuperação e resiliência – ao contrário de França e Grécia, que foram buscar economistas de topo mundial, incluindo prémios Nobel.

Tudo isto é essencial por ser um enormíssimo obstáculo à transição para um modelo produtivo assente em elevada criação de valor na qual o país possa alavancar o tão desejado aumento de competitividade e o retorno a uma trajetória sustentada de convergência económica, sem a qual a convergência social não é possível. ■

## RETIFICAÇÃO

No texto ontem publicado sobre o barómetro político e as intenções de voto legislativo, o Negócios escreveu que o Bloco de Esquerda “só regressa ao lugar de quarta força política dado o tombo do Chega”. Na verdade, e como o próprio gráfico ilustrava, o BE regressou ao patamar da terceira força política no barómetro da Intercampus, apesar da descida de 2 pontos percentuais nas intenções de voto (de 9,7% para 7,7%). Pelo lapso, pedimos desculpa.